

***NÃO TOLERAREI SER DESRESPEITADA E INTERROMPIDA:  
DISCURSOS, SILENCIAMENTOS E RESISTÊNCIAS  
NA FALA PÚBLICA DE ERIKA HILTON***

***I WILL NOT TOLERATE BEING DISRESPECTED AND  
INTERRUPTED: DISCOURSES, SILENCING, AND RESISTANCE  
IN THE PUBLIC SPEECH OF ERIKA HILTON***

Amanda Braga (UFPB/ CNPq)<sup>1</sup>

Pablo Vinicius da Silva Cavalcanti (UFPB/ CNPq)<sup>2</sup>

**Resumo:** A fala feminina conhece uma longa história de silenciamentos e resistências. Essa história contempla, por um lado, o pleno funcionamento de um dispositivo de silenciamento das mulheres e, por outro lado, lugares de resistência que se opõem a essas discriminações, na medida em que práticas e discursos feministas se consolidam na contemporaneidade (Braga; Piovezani, 2025). Nesse cenário, com o intuito de discutir como esse embate se processa em nossos dias, este artigo se apresenta com o objetivo de analisar enunciados que materializam a luta da deputada federal Erika Hilton (PSOL/ SP) pelo direito de falar, de ser ouvida e de ter sua fala legitimada. Mais particularmente, interessa-nos analisar um recorte daquilo que ocorreu em uma das sessões mais tensas da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do 8 de janeiro, realizada em 11 de julho de 2023. Para tanto, procedemos, primeiramente, à transcrição da discussão e, na sequência, analisamos a dinâmica do embate e os discursos que ali se materializam a partir das ferramentas teórico-metodológicas dos Estudos Discursivos Foucaultianos. Como resultado, o artigo demonstra que os pronunciamentos da deputada mobilizam recursos linguísticos e discursivos que constroem um lugar de resistência no interior da ordem do discurso político.

**Palavras-chave:** discurso; silenciamento; resistência; Erika Hilton.

**Abstract:** Women's speech has a long history of silencing and resistance. This history encompasses, on the one hand, the full functioning of a dispositif aimed at silencing women and, on the other hand, spaces of resistance that oppose such discrimination, insofar as feminist practices and discourses have become consolidated in contemporary times (Autor(a), 2025). Within this context, and with the aim of discussing how this struggle unfolds in the present day, this article seeks to analyze statements that materialize the struggle of Erika Hilton for the right to speak, to be heard, and to have her speech legitimized. More specifically, we focus on a segment of what took place during one of the most tense sessions of the Mixed Parliamentary Commission of Inquiry (CPMI) on January 8, held on July 11, 2023. To this end, we first transcribed the discussion and subsequently analyzed the dynamics of the confrontation and the discourses materialized therein through the theoretical-methodological tools of Foucauldian Discourse Studies. As a result, the article demonstrates that the deputy's statements mobilize linguistic and discursive instruments that construct a position of resistance within the order of political discourse.

<sup>1</sup> Professora associada do Departamento de Língua Portuguesa e Linguística e do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal da Paraíba. Coordenadora do *Observatório do discurso* e pesquisadora do CNPq. É autora de diversos artigos científicos, capítulos de livros e livros. Entre suas principais publicações está o livro *A fala feminina: silenciamentos e resistências* (Braga; Piovezani, 2025), recentemente lançado. E-mail: [amanda.braga@academico.ufpb.br](mailto:amanda.braga@academico.ufpb.br). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6026-5017>.

<sup>2</sup> Graduando em Letras Português na Universidade Federal da Paraíba. Integrante do *Observatório do discurso* e bolsista de Iniciação Científica do CNPq. E-mail: [cavalcantipablovinicius@gmail.com](mailto:cavalcantipablovinicius@gmail.com). ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-0671-370X>.

**Keywords:** discourse; silencing; resistance; Erika Hilton.

## Introdução

A fala feminina conhece uma longa história de silenciamentos e resistências. Essa história contempla, por um lado, a emergência, a consolidação e o pleno funcionamento de um dispositivo de silenciamento das mulheres: um dispositivo que determinou – e ainda determina – os princípios da possibilidade e da autoridade da fala, e que agencia o funcionamento contemporâneo de discursos que interditam, detratam e deslegitimam a fala das mulheres. Mas, por outro lado, essa história contempla também lugares de resistência que se opõem a essas discriminações, na medida em que movimentos, práticas e discursos feministas se consolidam na contemporaneidade (Braga; Piovezani, 2025). Com isso, podemos atestar que há uma histórica luta pela fala das mulheres, no interior da qual, diante de um extenso conjunto de discursos que estigmatizam e deslegitimam a fala feminina, emergem vozes igualitárias e feministas que resistem e que se fazem ouvir, atualizando regularmente uma viva disputa.

No interior dessa disputa, é preciso dizer que as tentativas de silenciamento não se abatem igualmente sobre todas as mulheres. Sociedades hegemonicamente injustas e desiguais, como a nossa, produzem instrumentos de depreciar, deslegitimar e interditar tanto a expressão de grupos minorizados quanto suas demandas por transformação (Piovezani, 2020). Assim, quanto mais potencial transformador houver nas coisas ditas, mais violentas são as reações reacionárias: os silenciamentos se radicalizam diante de falas públicas que conjugam recortes de gênero, classe e raça. Com isto, queremos dizer que, se uma mulher branca, cisheteronormativa e de classe média já enfrenta, regularmente, interdições e depreciações de sua fala no espaço público, essas interdições e depreciações são ainda maiores e mais coercitivas se consideramos uma mulher negra, trans e de origem popular<sup>3</sup>.

É considerando esse cenário que este artigo se apresenta com o objetivo de analisar enunciados que materializam a luta da deputada federal Erika Hilton (PSOL/ SP) pelo direito de falar, de ser ouvida e de ter sua fala legitimada. Erika Hilton é uma mulher negra, transexual, nascida em Franco da Rocha, na grande São Paulo, e é hoje uma das vozes mais potentes da política brasileira. Em São Paulo, foi eleita vereadora em 2020 com o maior número de votos entre as mulheres naquele pleito; na sequência, em 2022, foi eleita deputada federal pelo mesmo estado, tornando-se uma das primeiras parlamentares trans a ocupar uma cadeira no Congresso Nacional.

De modo geral, interessa-nos aqui analisar um recorte daquilo que ocorreu em uma das sessões mais tensas da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do 8 de janeiro, realizada em 11 de julho de 2023. Criada no Congresso Nacional em 2023, a referida CPMI foi uma das principais ações institucionais direcionadas à investigação dos atos antidemocráticos que aconteceram em Brasília no dia 8 de janeiro do mesmo ano. A Comissão, composta por deputados e senadores, recebeu a tarefa de identificar os responsáveis diretos e indiretos pelos ataques e, naquele contexto, a deputada Erika Hilton enfrentou diversas situações de interrupção e desrespeito. Uma delas ocorreu durante o depoimento do Tenente-coronel Mauro César Barbosa Cid, logo após uma denúncia, feita pela parlamentar, do tumulto causado na sessão por deputados da oposição. A discussão envolveu, além da própria Erika Hilton, o então deputado federal Abílio Brunini (PL/MT), o senador Rogério Carvalho (PT/ SE), a deputada federal Jandira Feghali (PcdoB/ RJ), o deputado federal Arthur Maia (União/ BA/ presidente da Comissão), a senadora Soraya Thronicke (PSB/MS) e o deputado federal André Fernandes (PL/ CE).

Cumprir destacar que a escolha desse recorte se justifica pela expressiva repercussão midiática do embate aqui analisado, amplamente difundido tanto em veículos jornalísticos quanto nas redes sociais. O jornal *O Globo*, por exemplo, publicou a manchete: “Erika Hilton pede cassação

<sup>3</sup> Um detalhado panorama da violência LGBTfóbica no Brasil pode ser encontrada em Romano e Paulino (2025).

de bolsonarista após acusá-lo de transfobia em CPI” (Marzullo, 2023). O portal *G1*, por sua vez, noticiou: “Parlamentares acusam deputado de transfobia contra Erika Hilton na CPI dos Atos Golpistas; presidente anuncia investigação” (Barbiéri; Matoso; Alves Neto, 2023). Já o *Estado de Minas* destacou: “Deputado bolsonarista é acusado de transfobia contra Erika Hilton” (Caixeta, 2023). Para além da ampla circulação de notícias sobre as denúncias e os confrontos ocorridos durante a sessão, o enunciado “não tolerarei”, produzido por Erika Hilton, extrapolou o contexto parlamentar, tornando-se meme nas redes sociais<sup>4</sup> e até letra de música<sup>5</sup>.

Para uma análise detalhada dos enunciados que materializam, naquele cenário, a disputa pela palavra, nós procedemos, primeiramente, à transcrição da discussão, cujos trechos serão apresentados no decorrer das análises. Na sequência, analisamos a dinâmica do embate e os discursos que ali se materializam a partir das ferramentas teórico-metodológicas dos Estudos Discursivos Foucaultianos. Nosso intuito é o de demonstrar como se processam, em nossos dias, e particularmente naquilo que concerne à referida deputada, os discursos e práticas que buscam seu silenciamento e sua exclusão do cenário público, mas também aqueles que materializam suas resistências e que travam uma luta pela palavra feminina.

## 1 De onde partimos: os Estudos Discursivos Foucaultianos

Na perspectiva dos estudos discursivos e, mais particularmente, na perspectiva dos Estudos Discursivos Foucaultianos, há primeiramente a percepção de que o discurso não é produto da natureza, mas uma formação histórica. Justamente por essa razão, seria preciso interrogar a materialidade discursiva a respeito de suas condições de emergência e das relações que os enunciados estabelecem entre si na dispersão do tempo. A tentativa é a de demonstrar que as coisas ditas não irrompem aleatoriamente, mas segundo um sistema geral de formação e transformação dos enunciados. Tal sistema, compreendido por Foucault (2010) mediante a noção de arquivo, é justamente aquilo que faz com que o amontoado de textos produzidos por uma dada sociedade, num determinado momento histórico, não tenha nascido ao acaso, segundo as casualidades do pensamento ou das circunstâncias, mas segundo as relações, as regularidades e os deslocamentos mantidos entre os discursos no interior do arquivo e da história. O arquivo é “a lei do que pode ser dito, o sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares” (Foucault, 2010, p. 147); ele é o “jogo das regras que, em uma cultura, determinam o aparecimento e o desaparecimento de enunciados, sua permanência e seu apagamento” (Foucault 2008, p. 18). A proposta foucaultiana de uma arqueologia dos discursos concerne, portanto, à descrição de um arquivo e dos jogos de memória que aí funcionam.

De igual modo, a mesma perspectiva teórico-metodológica nos alerta sobre uma premissa segundo a qual, em vista do poder exercido pelo discurso, sua produção “é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade” (Foucault, 2001, p. 8-9). Este controle faz com que o discurso seja, então, algo raro, porque mesmo diante de tudo aquilo que as regras da língua nos permitiram dizer, aquilo que efetivamente dizemos é ainda muito escasso. Isso porque as relações de poder produzem uma dada “ordem discursiva” e ela, por seu turno, produz a rarefação do discurso, das conjunturas e dos sujeitos autorizados a dizer: “Sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer

<sup>4</sup> Em entrevista concedida à jornalista conhecida como “Foquinha”, no portal @DiaTV do YouTube, Erika Hilton comentou sobre o nascimento do meme “Jamais tolerarei”. Disponível em: [https://youtube.com/shorts/HqAKIFifGC4?si=ysDqIO7TV\\_B0f5mOE](https://youtube.com/shorts/HqAKIFifGC4?si=ysDqIO7TV_B0f5mOE). Acesso em: 31 jul. 2026.

<sup>5</sup> Um exemplo disso é a música *Nenhum direito a menos*, de Amanda Mittz, gravada com participação de Julian Santt e Erika Hilton. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/amanda-mittz/nenhum-direito-a-menos-part-julian-santt-e-erika-hilton/>. Acesso em: 31 jul. 2026.

coisa” (Foucault, 2001, p. 9). É essa ordem do discurso que, inscrita nos consensos e nos conflitos sociais, produz uma repartição desigual das possibilidades, dos exercícios e da autoridade dos turnos de fala.

Trata-se de uma ideia de controle e, portanto, de poder que é ainda verticalizada com aquilo que propõe Michel Foucault em sua fase genealógica. Ali, o autor desenvolverá uma concepção de poder que assume um efeito horizontal: não se trata de algo que se possua, que seja exercido exclusivamente pelo Estado ou pela classe dominante. Ao contrário disto, trata-se de algo que se dissipa por todo o tecido social: é um exercício entre sujeitos, é ação de uns sobre os outros, é a multiplicidade das relações em torno das quais os sujeitos se digladiam cotidianamente (Foucault, 1995; 2018). Neste sentido, no centro da discussão estaria o caráter relacional do poder: trata-se de considerar uma relação de força entre sujeitos que não se bloqueiam, não se destroem, não fecham as possibilidades mútuas de reação e oposição. Em Foucault, “Não há relação de poder sem resistência, sem escapatória ou fuga, sem inversão eventual; toda relação de poder implica, então, pelo menos de modo virtual, uma estratégia de luta” (Foucault, 1995, p. 248).

É a partir de tais princípios teóricos e metodológicos que propomos analisar os enunciados que materializam a luta da deputada federal Erika Hilton (PSOL/ SP) pelo direito de falar, de ser ouvida e de ter sua fala legitimada na CPMI do 8 de janeiro.

## 2 Erika Hilton e a CPMI do 8 de janeiro

Conforme o dissemos anteriormente, os enunciados que aqui analisaremos foram produzidos no âmbito da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do 8 de janeiro, mais precisamente na sessão realizada em 11 de julho de 2023, ocasião em que a Comissão coletava o depoimento do Tenente-coronel Mauro César Barbosa Cid. Os discursos que ali se materializaram ganharam enorme repercussão midiática, envolvendo a deputada federal Erika Hilton, o então deputado federal Abílio Brunini, o deputado federal Arthur Maia (presidente da Comissão), bem como outros parlamentares, posicionados tanto à esquerda quanto à direita do espectro político.

Em nossa análise, consideramos, especificamente, o trecho da reunião veiculado em notícia publicada no canal *SBT News* do YouTube<sup>6</sup>. O trecho tem início com uma declaração da deputada Erika Hilton, dirigida ao presidente da Comissão e ao Tenente-coronel Mauro César Barbosa Cid:

**Deputada Erika Hilton:** *De fato, é muito difícil toda sessão o deputado atrapalhar os trabalhos da CPMI, causar tumulto. Eu aconselharia que o deputado procurasse tratar sua carência em outro espaço. Esse espaço é um espaço sério. Esse espaço é um espaço de trabalho e é incompatível com este espaço que sejamos interrompidas, filmadas, constrangidas, não só pelo deputado Abílio, mas por outros que assim o fazem enquanto a senadora relatora fazia sua fala, enquanto o deputado Pastor Henrique assim o fazia. Peço a Vossa Excelência, presidente, que conduza com ordem os trabalhos desta CPMI pra que sejamos respeitadas enquanto fazemos o uso da nossa fala. Dito isso, senhor Mauro Cid, gostaria de dizer que, particularmente, me chocou o senhor chegar a esta CPMI vestido de farda, ainda que seja direito de Vossa Senhoria. É, de fato, chocante, tendo em vista tudo que envolve o nome de Vossa Senhoria...*

Naquilo que diz Erika Hilton, há pelo menos dois fatores que merecem nossa atenção. Primeiramente, há uma denúncia de que os trabalhos da comissão estariam sendo atrapalhados pelo “tumulto” causado pelo deputado Abílio Brunini, o que já demonstra estar em curso, naquele momento, uma dada dificuldade, enfrentada pela deputada, de garantir seu direito de falar e, mais especificamente, de ser ouvida. Não por acaso, afirmando a seriedade do espaço político, a

<sup>6</sup> Fala homofóbica de Abílio Brunini gera confusão e interrompe deputada Erika Hilton na CPMI. *SBT News*, 11 jul. 2023. Disponível: [https://www.youtube.com/watch?v=Jl\\_wEK9liYQ](https://www.youtube.com/watch?v=Jl_wEK9liYQ). Acesso em: 27 abr. 2026.

parlamentar denuncia que havia mulheres sendo “interrompidas, filmadas, constrangidas”. É disso que deriva seu pedido à presidência da comissão: “que conduza com ordem os trabalhos desta CPMI pra que sejamos respeitadas enquanto fazemos o uso da nossa fala”. Isso ratifica o pressuposto de que, às mulheres, não é suficiente que se apresentem ao debate, é ainda preciso que reivindicuem o direito de falar sem serem interrompidas e de serem respeitadas em suas proposituras (Braga; Piovezani, 2025).

Mas, para além disso, nessa primeira declaração, Erika Hilton sugere que o mesmo deputado Abílio Brunini procure “tratar sua carência em outro espaço”. Trata-se aí de usar a ironia como recurso retórico e ferramenta de resistência, com o intuito de deslegitimar o comportamento provocador do parlamentar e deslocar a imagem do deputado da figura de autoridade para a de alguém carente de atenção. Nesse caso, a “piada” inverte o foco da humilhação (do corpo trans para o homem que tenta desestabilizá-la) ao mesmo tempo em que desnaturaliza essas relações de poder que sustentam quem pode ou não falar e ser ouvido. Afinal, conforme Foucault (1979, p. 241), “para resistir, é preciso que a resistência seja como o poder. Tão inventiva, tão móvel, tão produtiva quanto ele”. É fazendo uso dessa “criatividade estratégica” que Hilton faz valer o discurso como instância no interior da qual o poder não é apenas produzido e veiculado, mas também disputado. Mas voltaremos a esse ponto mais à frente, quando ele também for retomado na fala da deputada.

Na sequência, Erika Hilton entra na pauta da reunião: “Senhor Mauro Cid, o senhor sabe por que o senhor foi convocado a essa assembleia...?”. Enquanto seguia sua linha de raciocínio, a deputada é interrompida pelo senador Rogério Carvalho, que solicita a palavra ao presidente da CPMI:

**Senador Rogério Carvalho, interrompendo a Deputada Erika Hilton:**

*Presidente, presidente, presidente...*

**Deputada Erika Hilton:** *Eu pediria que o senhor me desse mais um minuto, senhor presidente...*

**Senador Rogério Carvalho:** *Eu eu eu... pera aí, porque o senhor Abílio foi homofóbico aqui, fez uma fala homofóbica quando a companheira estava se manifestando. Ele acusou e disse que ela estava oferecendo os serviços... Isso é homofobia, é um desrespeito e eu peço a Vossa Excelência que peça para o deputado se retirar do plenário nesse momento, por homofobia.*

**Deputada Jandira Feghali:** *Arthur, é verdade.*

**[Confusão de vozes, poucas palmas]**

Como se vê na transcrição, Hilton tenta manter o controle de seu tempo de fala, pedindo um minuto adicional, mas o senador Rogério Carvalho insiste em denunciar que, durante a fala da deputada, o deputado Abílio Brunini teria proferido um comentário, segundo ele, de cunho “homofóbico”. Embora a intervenção do senador tenha partido de uma intenção legítima de defesa, ela acaba funcionando, paralelamente, como mais uma barreira para que Hilton conclua sua intervenção. Ao interrompê-la quando ela buscava retomar seu tempo de fala, o senador desloca o centro da discussão para si, o que configura uma ação de *maninterrupting*<sup>7</sup> ou interrupção masculina, reforçando a dificuldade que parlamentares como Erika Hilton enfrentam para manter a palavra em um espaço de disputas de poder. Além disso, ao classificar o ataque sofrido como “homofobia”, o senador comete em um erro conceitual, pois a violência dirigida a Erika tem caráter específico de transfobia. Desse modo, ainda que a interrupção tenha surgido do próprio campo progressista e na tentativa de defender a deputada, ela também expõe uma das características da relação entre as falas masculinas e femininas, em que a primeira se sobrepõe à segunda.

---

<sup>7</sup> Por *maninterrupting*, expressão que decorre da junção das palavras inglesas *man* (homem) e *interrupting* (interrompendo), entende-se a prática masculina de interrupção da fala feminina e, portanto, de interdição à conclusão de um raciocínio. Uma espécie de “Cala a boca!”.

Além disso, aquilo que teria dito o deputado Abílio Brunini – que Hilton estaria “oferecendo serviços” – materializa discursos que trabalham pela desmoralização da deputada no contexto da CPMI. Isto porque, primeiramente, o comentário a reduz à condição de objeto sexual, um estereótipo frequentemente associado a pessoas transsexuais, haja vista a situação de vulnerabilidade social em que vive grande parte desse público, tendo como única opção de sobrevivência, muitas vezes, o trabalho na prostituição. Mas não é apenas isso. Há aí uma deslegitimação que ocorre pela associação da mulher a comportamentos considerados moralmente suspeitos, assim como há também a tentativa de fazer com que esses comportamentos interditem sua fala, deslocando o debate do mérito do argumento para a suposta inadequação da oradora: uma narrativa, portanto, que tem o intuito de deslegitimar as pautas da deputada, deslocando o debate do campo político para o campo moral.

Assim sendo, temos que a deputada Erika Hilton foi atacada tanto como pessoa quanto como oradora, tendo sua autoridade e legitimidade políticas colocadas em xeque. Esse tipo de agressão busca retirar da mulher que está falando a credibilidade do discurso, deslocando a atenção do conteúdo da sua fala para uma tentativa de humilhação pública. Eis aí um dos mecanismos do dispositivo de silenciamento de mulheres, que se manifesta na interrupção constante, na redução do tempo de fala e na desqualificação do conteúdo dito (Braga; Piovezani, 2023; 2025). Afinal, não se trata de um dispositivo cuja atuação se limita à censura direta: ele delimita campos de possibilidade. Ou seja, ele não apenas impede que certas falas ocorram, mas molda antecipadamente o que pode ser dito, por quem e em quais condições um dado discurso pode ser reconhecido como legítimo. No caso de parlamentares como Erika Hilton, a ação do dispositivo se agrava pela sobreposição de opressões como raça e identidade de gênero. Assim, pode-se observar um duplo silenciamento: o primeiro pelo insulto que tenta ridicularizar e desacreditar sua presença, e o segundo pela perda do tempo e do foco de sua fala.

Depois do comentário do deputado Abílio Brunini e da denúncia feita pelo senador Rogério Carvalho, uma enorme confusão de vozes se forma na sessão. Por um lado, para além do senador Rogério Carvalho, algumas parlamentares de centro ou progressistas saem em defesa de Hilton, como a senadora Soraya Thronicke e a deputada Jandira Feghali. Por outro lado, a maioria se manifesta em apoio ao deputado Abílio Brunini. Um dos mais engajados é o deputado André Fernandes, que chega a levantar e defender o colega a *plenos pulmões*. Essa atitude, por si só, já indica uma inscrição naquilo que historicamente se construiu sobre a fala pública dos homens: ao contrário da fala das mulheres, na qual residiriam, supostamente, a passividade, a bajulação e a sedução, a fala dos homens guardaria “a força viril do orador que fala e vence o tumulto dos auditórios” (Courtine; Piovezani, 2015, p. 17). Haveria aí, portanto, uma filiação aos discursos que tomam a fala e a voz dos homens como signo “natural” de potência, coragem, vigor e autoridade. É assim que o parlamentar simplesmente fala, pautado na crença de que sua voz – emitida, como dissemos anteriormente, a *plenos pulmões* – gozaria de poder suficiente para superar a voz dos demais e, principalmente, das demais.

A confusão dura cerca de 4 minutos, quando o presidente da sessão, o deputado Arthur Maia, consegue retomar a palavra e devolvê-la à deputada Erika Hilton:

**Deputado Arthur Maia:** *Deputada Erika Hilton, por favor, seu tempo está parado. Vossa Excelência pode prosseguir com sua fala.*

**Deputada Erika Hilton:** *Obrigada, presidente. Bom, não vou entrar nessa seara de baixo nível.*

**[Confusão de vozes]**

**Deputado Arthur Maia:** *Senhores, eu vou pedir para que Vossas Excelências respeitem a fala da parlamentar. Não é possível um negócio desses. Eu tenho sido tolerante com todos, mas temos que respeitar a fala de todo mundo. A deputada está falando, ela se inscreveu, chegou aqui no horário correto, tem direito de usar sua fala. Ela está aqui por uma vontade da população brasileira como todos nós, temos que respeitar a fala de todos os parlamentares. Eu peço desculpas a Vossa Excelência, deputada, em nome desse plenário inteiro, e peço pela última*

*vez que as pessoas se mantenham em silêncio, respeitando, ouvirem a fala da deputada Erika Hilton. Por favor, deputada.*

\*\*\*\*

**Deputada Erika Hilton:** *Eu peço que Vossa Excelência recomponha algum minuto do meu tempo, por gentileza.*

**Deputado Arthur Maia:** *Será feito, deputada. Pois não.*

**Deputada Erika Hilton:** *Obrigada, presidente. Bom, dando continuidade...*

**[Confusão de vozes]**

**[Deputado André Fernandes levanta e fala sem microfone]**

**Deputado Arthur Maia:** *Deputado André Fernandes, deputado André Fernandes, eu peço a Vossa Excelência que respeite a presidência! Vossa Excelência não está respeitando essa mesa, deputado. E se Vossa Excelência continuar desse jeito, eu vou ter que tomar providência contra Vossa Excelência, o que eu não quero. Eu respeito a todos e exijo respeito. Eu disse sempre e repito: eu não vou aceitar que qualquer parlamentar tente desmoralizar o trabalho dessa presidência, não vou aceitar. Vossa Excelência, por favor, se mantenha silente e, na hora que Vossa Excelência for falar, Vossa Excelência fala o que quiser. Mas ela está fazendo a fala que ela entende necessária. Se Vossa Excelência ou qualquer outro parlamentar entende e se toma por ofendido na fala de alguém, Vossa Excelência tem o recurso do Conselho de Ética. Agora, essa presidência não vai admitir que deputados fiquem interrompendo a fala de outros. Por favor, deputada Erika Hilton...*

Os trechos em destaque nos mostram mais duas tentativas de silenciamento da fala da deputada Erika Hilton. São tentativas que seguem o mesmo roteiro: a deputada começa a falar, mas imediatamente é interrompida por uma “confusão de vozes” que a impede de prosseguir, razão pela qual o presidente da Comissão é obrigado a intervir.

Na primeira dessas tentativas, a palavra *lhe* é concedida pelo presidente e a deputada começa a formular sua intervenção com um enunciado muito representativo do modo como agencia estratégias de resistência no cenário político: “Obrigada, presidente. Bom, não vou entrar nessa seara de baixo nível...”. Em um só enunciado, a parlamentar: i) deslegitima as falas que ali são construídas a seu respeito (são questões de “baixo nível”); ii) descredibiliza aqueles que as produzem, na medida em que seriam pessoas de nível igualmente baixo; iii) se distancia de todas elas, na medida em que afirma que não vai “entrar nessa seara”; e, por fim, iv) indica que não vai dispor de seu tempo para comentar o tumulto causado pelos demais parlamentares, passando diretamente à pauta. Com isso, Hilton se posiciona em um lugar moralmente superior àquele ocupado por quem a ataca, sinalizando que não se deixará arrastar para o jogo agressivo e ofensivo de seus colegas. A reação do plenário é automática: a enorme confusão que novamente se manifesta é um reflexo da dificuldade que setores conservadores do Congresso Nacional têm em lidar com figuras que rompem com a norma, especialmente uma mulher trans, negra e progressista.

Conforme o dissemos anteriormente, é preciso que o presidente da Comissão intervenha nos dois trechos apresentados, a fim de garantir, ou pelo menos reivindicar, o respeito à fala da parlamentar. Mas há uma distinção entre a primeira e a segunda intervenção do deputado federal Arthur Maia. A primeira é marcada por uma tentativa de isenção que solicita respeito à deputada e à sua fala, especificamente: “[...] eu vou pedir para que Vossas Excelências respeitem a fala da parlamentar”, “A deputada está falando, ela se inscreveu, chegou aqui no horário correto, tem direito de usar sua fala”, “[...] peço pela última vez que as pessoas se mantenham em silêncio, respeitando, ouvirem a fala da deputada Erika Hilton”. Como dito, há aí a tentativa de solicitar respeito e escuta à fala da deputada, especificamente, mas o pedido não tem efeito: imediatamente após iniciar sua intervenção, a parlamentar é novamente interrompida pela “confusão de vozes”.

É neste momento que, uma vez mais precisando intervir, o presidente da Comissão, ao ratificar sua solicitação, desloca o argumento: aquilo que antes recaía sobre a deputada e sua fala,

agora recai sobre ele mesmo, sobre a mesa diretora e, particularmente, sobre sua presidência: “[...] eu peço a Vossa Excelência que *respeite a presidência*. Vossa Excelência não está *respeitando essa mesa*, deputado”, “*Eu respeito a todos e exijo respeito*. Eu disse sempre e repito: eu não vou aceitar que qualquer parlamentar tente *desmoralizar o trabalho dessa presidência*”. O deslocamento operado pelo deputado Arthur Maia é sintomático, uma vez que deixa entrever a dificuldade encontrada por ele quando de seu pedido de que a deputada e sua fala fossem respeitadas. Diante dessa dificuldade, a reformulação do pedido passa a contemplar a atuação da mesa, a presidência da comissão e, enfim, o próprio deputado. Assim, é solicitando respeito ao homem branco e cisgênero em lugar de poder, que Arthur Maia consegue apaziguar os ânimos da Comissão e garantir a palavra à deputada Erika Hilton, que faz, enfim, sua intervenção:

**Deputada Erika Hilton:** *Presidente, para aliviar o histerismo dos deputados que não compreenderam o que eu quis dizer, usarei meu tempo para me explicar sobre a carência do deputado Abílio. Em todas as sessões, o deputado parece querer chamar a nossa atenção, parece fazer algo para chamar a atenção e isso me parece um comportamento baseado na Psicanálise, não em questões de gênero e de sexualidade, que é a única coisa que tem na cabeça dessa gente. Eu jamais entrei nessa seara, isso não é da minha competência. Quem discute essa temática e tende a perseguir essa comunidade não sou eu, é essa gente que está do lado de lá. Quando eu disse sobre carência era exatamente baseada no comportamento de querer o tempo inteiro chamar a atenção. Eu poderia até aconselhá-lo a adotar um cachorrinho para não se sentir tão só. Era sobre isso a que eu me referia. O comportamento do deputado não condiz com a posição dessa CPMI. Por isso, toquei no ponto da carência. Agora, todos os argumentos nefastos, de baixo calão, de baixo nível, fora de um decoro parlamentar que está sendo colocado aqui por parte dessa gentinha é, de fato, assustador. Porque jamais entraria neste campo, num debate tão sério como esta CPMI, o que demonstra, senhor Mauro Cid, voltando ao que interessa, que é a oitiva do depoente que está aqui, é que o depoimento de Vossa Senhoria é tão importante, que este caos histórico que está presente neste plenário é a tentativa de nos confundir. É a tentativa de nos tirar a atenção daquilo que de fato interessa, que são as tentativas de golpe antidemocrático que aconteceu neste país com a contribuição e participação de Vossa Senhoria. É isto que está colocado: a importância do depoimento de Vossa Senhoria é tão grande que, aqueles que sabem que Vossa Senhoria tem algo extremamente revelador e importante a contar, quer causar caos, desinformação, confusão, ataque, mentira, mas nós e o povo brasileiro não nos distrairemos com essas tentativas de mudar o holofote daquilo que é central e necessário aos trabalhos dessa CPMI. E digo mais, senhor presidente: não aceitarei e não tolerarei ser desrespeitada e interrompida ou colocada em comparações de baixo calão e baixo nível. Trato todos os colegas com respeito, com diplomacia e assim também exijo. E aqueles que fugirem dessa diplomacia terão de responder criminalmente por qualquer tentativa estereotipada e criminosa da minha identidade. Volto, então, a me referir ao senhor, que é quem interessa, senhor Mauro Cid, e pergunto a Vossa Senhoria se o senhor sabe por que o senhor foi convocado a comparecer a essa Comissão Parlamentar de Inquérito...*

O pronunciamento da deputada mobiliza recursos linguísticos e discursivos que são centrais na construção de seu lugar de resistência no interior da ordem do discurso político. Vamos aqui abordar alguns deles. O primeiro, como não poderia deixar de ser, é sua menção ao discurso da histeria: “Presidente, para aliviar o *histerismo dos deputados* que não compreenderam o que eu quis dizer, usarei meu tempo para me explicar sobre a carência do deputado Abílio”.

Conforme sabemos, o discurso da histeria insere-se em um arquivo que guarda uma longa duração, no interior do qual muitos e distintos enunciados foram produzidos em diferentes momentos da história. Ele foi colocado em funcionamento a partir de redes enunciativas que tanto produziram saberes quanto exerceram poderes em distintos tempos, estando em grande parte relacionado à sexualidade feminina. Entre antigos e medievais, por exemplo, a histeria foi tomada como uma dada “perturbação do útero”, da qual derivava toda uma sorte de estereótipos atribuídos às mulheres, seus desejos e comportamentos. A partir do século XIX, o útero sai de cena e à

histeria, agora enredada pelo discurso da ciência, passam a ser atribuídas causas neurológicas e psicológicas. É o prelúdio para a abordagem psicanalítica de Freud que viria na sequência, quando o tema da sexualidade volta a ser considerado, mas agora relacionado ao inconsciente da paciente: “Os sintomas histéricos são resultados de pulsões e desejos reprimidos, ou de traumas de cunho sexual que não foram associados e digeridos pelo consciente dos acometidos pela histeria” (Schmitz, 2021, p. 235).

É essa espessura histórica que permite que o discurso da histeria seja tomado, atualmente, na construção pejorativa e estereotipada de uma “mulher histérica”: uma mulher que, em tese, seria excessivamente emotiva, de reações exageradas, dramática e até irracional. Uma poderosa ferramenta, portanto, para a reprodução da misoginia e do silenciamento das mulheres, haja vista seu poder de deslegitimar emoções e minimizar comportamentos legítimos. Ora, o que Erika Hilton faz, naquela sessão da CPMI, é uma atualização desse discurso: naquilo que diz, a parlamentar desloca o sujeito da histeria, que deixa de ser as mulheres e passa a ser seus colegas homens, numa caracterização da reação descontrolada e agressiva que dirigiam à sua presença física e a seus pronunciamentos na Comissão. Com isso, a deputada faz com que um discurso historicamente empregado em prol do exercício do poder sobre as mulheres, passe a funcionar como lugar de resistência. Trata-se de um funcionamento que evidencia a “polivalência tática dos discursos” de que fala Foucault (2018), para quem o discurso tem uma função tática que não é uniforme e nem estável, na medida em que pode ser empregado por posições distintas e até antagônicas, como é o caso.

Para além disso, é preciso mencionar a gestão do tempo de fala: se, por um lado, Erika Hilton não cede às tentativas de silenciamento engendradas por seus colegas, por outro lado, ela perde grande parte de seu tempo de fala com comentários sobre o embate. Com isso, o tempo que poderia ser destinado à oitiva do depoente, o Tenente-coronel Mauro César Barbosa Cid, é empregado para defender seu direito de falar. Nesse intento, sua estratégia discursiva é sofisticada: ela recorre à Psicanálise não apenas como forma de devolver a crítica com inteligência, mas também para deslocar o debate do campo da agressão pessoal para o da análise do comportamento político de seu colega de parlamento. Em sua fala, ela desmonta as tentativas de associar seu discurso à sexualização – distinguindo, portanto, seu comentário sobre a “carência” do comentário do colega sobre os “serviços” – e denuncia a histeria como manobra de distração política, como estratégia para sabotar os trabalhos da Comissão. Ao fazer o que faz, a parlamentar, ao mesmo tempo em que perde tempo de fala, resiste às práticas de silenciamento, posto que visibiliza seus instrumentos.

Por fim, Erika Hilton produz um enunciado que ganharia enorme repercussão na redes sociais: “[...] não aceitarei e não tolerarei ser desrespeitada e interrompida ou colocada em comparações de baixo calão e baixo nível. Trato todos os colegas com respeito, com diplomacia e assim também exijo”. Além de reforçar o que já havia feito antes – quando descredibiliza tanto os parlamentares que a acatam quanto aquilo que disseram, e marcar seu distanciamento em relação a eles –, aqui a deputada se insere em uma rede enunciativa que constrói aquilo que Piovezani (2020) chama de uma “metalinguagem da emancipação popular”, que pode também ser lida como uma metalinguagem da emancipação feminista. Isto é, “uma fala sobre a fala que se mostra como ação libertadora e como instrumento privilegiado de libertação” (2020, p. 269), que “pode tanto reivindicar a legitimidade constantemente negada à voz do povo [e das mulheres] quanto denunciar e até mesmo suspender os poderes opressores” (2020, p. 274). É por meio dessa metalinguagem que Hilton reivindica o direito de falar (já que não aceitará interrupção), bem como o respeito à sua fala (já que não aceitará desrespeito).

A força do enunciado, no entanto, não se restringe à situação imediata: o emprego de verbos no futuro – “não aceitarei”, “não tolerarei” – projetam um alcance que contempla a atuação da deputada na CPMI, mas também em outros cenários, construindo um porvir no qual sua existência e sua voz já não serão negadas. Num ambiente tradicionalmente desfavorável às mulheres, essa declaração representa uma quebra de paradigma: Hilton transforma o fato de ser alvo de agressões transfóbicas num ato público de contestação e resistência, no presente e no futuro. A partir disso, é possível vislumbrar toda uma rede enunciativa na qual se insere o enunciado

produzido pela deputada. Trata-se de uma rede que oferece condições de possibilidade (Foucault, 2010) àquilo que ela diz e àquilo que ainda será dito, tanto por ela quanto por outras mulheres. Mas se trata também, e por fim, de uma rede enunciativa que se ampara em enunciados anteriores: na voz de Erika Hilton, é quase impossível não ouvir a voz de outra mulher, também parlamentar, também negra, também LGBT e que também falava de um futuro: “Não serei interrompida...”<sup>8</sup>.

## Conclusão

Iniciamos este artigo dizendo que a fala feminina conhece uma longa história de silenciamentos e resistências: uma história no interior da qual emerge um embate entre um dispositivo de silenciamento das mulheres e os lugares de resistência que lhe fazem frente. Este dispositivo, segundo Braga e Piovezani (2025), contempla discursos de detratção, deslegitimação e interdição da fala feminina, trabalhando em prol da consolidação de ideias, comportamentos e funcionamentos institucionais que buscam e muitas vezes alcançam o silenciamento das mulheres. Trata-se de um instrumento antiquíssimo, mas cuja atuação não se dissipa com o tempo. Ao contrário disto, sua presença e seus efeitos são ainda decisivos nas configurações e representações da fala pública em nossos dias. Em uma análise da luta das mulheres pelo direito de falar na Comissão Parlamentar de Inquérito da Covid (CPI da covid), ocorrida em 2021, e na tentativa de cartografar o funcionamento contemporâneo do dispositivo de que falamos, Braga e Piovezani (2023) afirmam que ele segue um roteiro que obedece aos seguintes comandos:

[...] não se pode deixar que as mulheres ocupem os espaços de fala; mas se elas ocuparem, não se pode deixar que falem; mas se elas falarem, não se pode deixar que as ouçam; mas se as ouvirem, não se pode deixar que acreditem naquilo que dizem. Eis aí um itinerário de funcionamento regular, sistemático e respaldado por uma longa tradição histórica (Braga; Piovezani, 2023, p. 57).

A participação da deputada Erika Hilton na CPMI do 8 de janeiro não nos deixa nenhuma dúvida a este respeito. Primeiramente, é preciso mencionar a dificuldade encontrada pelas mulheres – e particularmente mulheres trans – de **ocuparem os espaços de fala** no cenário político. Ora, de acordo com dados divulgados pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra), nas eleições de 2022, foram somente 78 candidaturas trans em todo o Brasil<sup>9</sup>. Se o número é expressivo em relação à eleição anterior, de 2018, ele não deixa de ser, ainda, muitíssimo reduzido. Basta lembrar que, atualmente, em 2026, há apenas duas mulheres trans exercendo o mandato de deputada federal no Congresso Nacional: Erika Hilton e Duda Salabert (PDT/ MG), as primeiras transexuais a ocuparem cadeiras na Câmara dos Deputados.

Mas as dificuldades não cessam após a entrada dessas mulheres no cenário político. Uma vez que são eleitas e assumem mandatos, há ainda dificuldades enfrentadas pelo **direito de fazerem pronunciamentos públicos de destaque**: elas são menos indicadas para Comissões consideradas relevantes, são sub-representadas em cargos de comando dentro dos próprios partidos e são menos indicadas para relatoria de processos de maior impacto. De acordo com Zarembo (2022), “Dados de 2022 mostraram que apenas 8% das comissões permanentes da Câmara eram presididas por mulheres, e em algumas delas, não havia nenhuma parlamentar feminina na composição”. A própria deputada Erika Hilton não foi indicada como membro titular da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do 8 de janeiro, da qual tratamos aqui, mas apenas como suplente do deputado Pastor Henrique Vieira (PSOL/ RJ).

<sup>8</sup> Uma análise detalhada de enunciados produzidos por Marielle Franco acerca de sua própria fala pode ser encontrada em Braga e Piovezani (2022; 2025).

<sup>9</sup> Dados disponíveis no site oficial da Associação: <https://antrabrasil.org/wp-content/uploads/2022/09/candidaturas-trans-em-2022-05set2022-2.pdf>. Acesso em: 01 maio 2026.

Na sequência, mesmo quando assumem cargos e comissões de destaque, há ainda as dificuldades que concernem **às tentativas de silenciamento e de deslegitimação de sua fala propriamente dita**. Por um lado, são muitos os casos em que deputadas e senadoras são interrompidas por parlamentares homens ou até têm seus microfones deligados durante seus pronunciamentos. No curto embate que aqui analisamos, Erika Hilton é interrompida em três ocasiões: primeiramente pelo senador Rogério Carvalho, depois pela confusão promovida por opositores, e pelo próprio deputado Arthur Maia, presidente da sessão, em suas tentativas de apaziguar os ânimos. Por outro lado, mesmo nas ocasiões em que conseguiu falar, a deputada não passou ilesa às tentativas de desacreditizar suas colocações. Lembremos aqui daquilo que teria dito o deputado Abílio Brunini, segundo o qual Hilton estaria “oferecendo serviços”. Como dissemos anteriormente, reside aí uma deslegitimação que ocorre pela associação da mulher a comportamentos considerados moralmente suspeitos, assim como há também o intuito de fazer com que esses comportamentos deslegitimem sua fala.

Assim sendo, a atuação de Erika Hilton na CPMI do 8 de janeiro ratifica tanto o funcionamento do dispositivo de silenciamento das mulheres em nossos dias, quanto o roteiro desse funcionamento, indicado por Braga e Piovezani (2023). A despeito disso, como também vimos, não é de modo pacífico que a deputada se submete a ele. Se o poder, segundo Foucault (1995; 2018), está difundido socialmente em microrrelações, Hilton demonstra domínio de uma série de recursos linguísticos e discursivos que constroem um lugar de resistência no interior da ordem do discurso político. Sua atuação contempla uma tentativa consciente de reposicionar a si mesma como sujeito legítimo da fala política, mesmo em meio a ataques, interrupções e tentativas sistemáticas de desestabilização. Mesmo quando tem seu tempo reduzido – pela necessidade de se explicar – e sua linha de raciocínio quebrada pelas interrupções, ela insiste, retoma e se reposiciona; usa o tempo verbal futuro como estratégia de afirmação, para construir uma imagem discursiva de firmeza e autoridade. A parlamentar não apenas fala: ela marca presença e reivindica espaço, utilizando recursos sofisticados como a atualização, desta vez em lugar de resistência, de discursos historicamente empregados em prol da misoginia. É assim que ela devolve aos seus agressores a “histeria”, invertendo o estigma.

Em última análise, a atuação de Erika Hilton na CPMI do 8 de janeiro não é apenas uma resposta pontual a ataques individuais. É uma performance política de enfrentamento ao silenciamento histórico das mulheres no espaço público. Sua presença e sua fala são radicais no melhor sentido: insistem em existir com complexidade, inteligência, autoridade e dignidade, desafiando as estruturas que tentam silenciá-la. Já no âmbito geral, para além da CPMI, sua atuação serve como um contraponto ao processo histórico de marginalização. Seu trabalho não se restringe à denúncia da violência, mas se estende à formulação de políticas públicas voltadas ao combate da desigualdade, buscando transformar uma situação na qual a curta expectativa de vida da população trans não é apenas um dado estatístico, mas um indício de uma sociedade que não consegue assegurar o mínimo: o direito à existência.

## Referências

- BRAGA, Amanda; PIOVEZANI, Carlos. Quem mandou calar Marielle? Marielle Franco e a luta pela fala feminina. In: BUTTURI Jr., Atílio et al. (org.). *Pandemias discursivas*. Campinas: Pontes, 2022. p. 55-90.
- BRAGA, Amanda; PIOVEZANI, Carlos. Fala pública e luta política: a fala feminina na CPI da Covid. In: BUTTURI Jr., Atílio; FERNANDES, Cleudemar Alves; BRAGA, Sandro. (org.). *Cartografias do contemporâneo: crises de governamentalidade?* Campinas: Pontes, 2023. p. 43-64.

BRAGA, Amanda; PIOVEZANI, Carlos. *A fala feminina: silenciamentos e resistências* (do mundo antigo ao Brasil contemporâneo). São Paulo: Jandaíra, 2025.

BARBIÉRI, Luiz Felipe; MATOSO, Filipe; ALVES NETO, Pedro. Parlamentares acusam deputado de transfobia contra Erika Hilton na CPI dos Atos Golpistas; presidente anuncia investigação. *G1*, 11 jul. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/07/11/parlamentares-acusam-deputado-de-transfobia-na-cpi-dos-atos-golpistas-e-presidente-anuncia-investigacao.ghtml>. Acesso em: 31 jul. 2026.

CAIXETA, Izabella. Deputado bolsonarista é acusado de transfobia contra Erika Hilton. *Estado de Minas*, 11 jul. 2023. Disponível: [https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2023/07/11/interna\\_politica,1518810/deputado-bolsonarista-e-acusado-de-transfobia-contr-erika-hilton.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2023/07/11/interna_politica,1518810/deputado-bolsonarista-e-acusado-de-transfobia-contr-erika-hilton.shtml). Acesso em: 31 jul. 2026.

COURTINE, Jean-Jacques; PIOVEZANI, Carlos. (Org.). *História da fala pública: uma arqueologia dos poderes do discurso*. Petrópolis: Vozes, 2015.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 22. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: RABINOW, Paul; DREYFUS, Hubert. Michel Foucault, *uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231–249.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de novembro de 1970. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

FOUCAULT, Michel. Sobre a arqueologia das ciências. Resposta ao Círculo de Epistemologia. In: FOUCAULT, Michel. *Arqueologia das ciências e História dos sistemas de pensamento*. Coleção Ditos & Escritos II. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2008. p. 82-118.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. 7. ed. Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e terra, 2018.

MARZULLO, Luísa. Erika Hilton pede cassação de bolsonarista após acusá-lo de transfobia em CPI. *O globo*, 12 jul. 2023. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2023/07/12/erika-hilton-pede-cassacao-de-bolsonarista-apos-acusa-lo-de-transfobia-em-cpi.ghtml>. Acesso em: 31 jul. 2026.

PIOVEZANI, Carlos. *A voz do povo: uma longa história de discriminações*. Petrópolis: Vozes, 2020.

ROMANO, Raissa; PAULINO, Alciana. *Cuidado e coragem: a violência política LGBTfóbica no Brasil*. São Paulo: Jandaíra, 2025.

SBT NEWS. Fala homofóbica de Abilio Brunini gera confusão e interrompe deputada Erika Hilton na CPMI. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=Jl\\_wEK9liYQ](https://www.youtube.com/watch?v=Jl_wEK9liYQ). Acesso em: 27 ago. 2025.

SCHMITZ, Erik Dorff. Uma breve história da histeria: da antiguidade até os tempos atuais. *Revista Mosaico*, v. 14, p. 227-238, 2021.

ZAREMBA, Júlia. Mulheres são menos de 20% em mesas diretoras e presidência de comissões do Legislativo. *G1 Política*, 26 set. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2022/09/26/mulheres-sao-menos-de-20percent-em-mesas-diretoras-e-presidencia-de-comissoes-do-legislativo.ghtml>. Acesso em: 01 maio. 2026.

Submetido em 01/05/2026

Aceito em 20/08/2026

### **Agradecimento**

Este artigo é fruto de pesquisas realizadas com apoio do *Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico* (CNPq), ao qual agradecemos.